



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

A RELEVÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS EFICAZES

THE IMPORTANCE OF PROFESSIONAL DEVELOPMENT FOR THE INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM IN THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL: EFFECTIVE STRATEGIES AND PRACTICES

Franciely Barbosa Yovio¹

Marilângela Silva de Oliveira Coutinho²

Franchys Marizethe Nascimento Santana³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo destacar a relevância da formação continuada para implementar práxis que atendam eficazmente a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ensino Fundamental - Anos Iniciais. Após a criação da Lei 12.764/12 que considerou o autista como pessoa com deficiência, amparando e garantindo seus direitos essenciais para que tenha um processo inclusivo social mais efetivo, tornou-se fundamental uma atualização constantes dos desafios a serem enfrentados e suas perspectivas para encontrar meios que possibilitem um processo ensino-aprendizagem com qualidade. Acredita-se que para incluir essas crianças de forma eficiente e adequada, a comunidade escolar, principalmente o docente, deve estar preparado e capacitado. Foi realizado um estudo bibliográfico, que elucidou pontos essenciais para análise da problemática, aliada a pesquisa empírica por meio das experiências vivenciadas em sala de aula, cuja contribuição foi importante para a construção deste trabalho. Após a realização da pesquisa constatou-se que a formação continuada de professores contribui para o processo de inclusão de crianças autistas no ensino fundamental, já que passam a compreender melhor como intermediar a socialização e a aprendizagem destas crianças.

Palavras-chave: Formação Continuada. Inclusão. Autismo.

¹ Estudante da Especialização em Alfabetização, Letramento e Educação Especial: perspectivas da Inclusão e Diversidade Cultural, UFMS, yoviofranciely@gmail.com

² Estudante da Especialização em Alfabetização, Letramento e Educação Especial: perspectivas da Inclusão e Diversidade Cultural, mari.pe.silva@gmail.com

³ Professora, Doutora, efetiva da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Coordenadora do Curso de Especialização em Alfabetização, Letramento e Educação Especial: perspectivas da Inclusão e Diversidade Cultural, Coordenadora dos Laboratórios de Arte e Ludicidade Na Diversidade Cultural e Laboratório de Cultura Pedagógica/CPAQ/UFMS. franchys.santana@ufms.br



ABSTRACT

The aim of this paper is to highlight the importance of continuous training in order to implement practices that effectively address the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in elementary schools. After the creation of Law 12.764/12, which considers autistic people as people with disabilities, protecting and guaranteeing their fundamental rights so that they can have a more effective social inclusion process, it has become essential to constantly update the challenges to be faced and their perspectives in order to find ways to enable a quality teaching-learning process. It is believed that in order to include these children efficiently and adequately, the school community, especially the teachers, must be prepared and trained. A bibliographical study has been carried out, which has revealed essential points for the analysis of the problem, combined with empirical research through classroom experiences, whose contribution has been of paramount importance for the construction of this work. After carrying out the research, it was found that the in-service training of teachers contributes to the process of inclusion of autistic children in elementary school, as they come to understand better how to mediate the socialization and learning of these children.

Keywords: Continuing Education. Inclusion. Autism.

1. INTRODUÇÃO

O professor é o sujeito que produz conhecimento suficiente, capaz de elaborar propostas e estudos a fim de contribuir para o saber do aluno, tendo como recursos métodos, conteúdos e objetivos que dão acesso a esse conhecimento em sala de aula. Mas antes de tudo o que seria formação continuada?

Refletir sobre formação continuada é pensar na escola como um campo de grandes experimentos para o professor e o aluno, considerando que é um processo no qual têm um espaço para a construção de sua identidade profissional, a fim de trabalhar em benefício do processo ensino-aprendizagem.

A formação é o processo de educação que qualifica o docente após todo conhecimento adquirido na escola e em sua graduação, é uma extensão do conhecimento, pois a formação é a maneira de qualificar e prepará-lo para a prática pedagógica, contribuindo assim para seu desempenho eficaz. Para Machado (2012) o termo “formação continuada” aponta para a compreensão de um processo que se efetiva após a formação inicial, que foi realizada, na maioria das vezes, na universidade, ou seja, é relevante destacar que os docentes quando concluem sua formação inicial estão munidos de diversos conhecimentos teóricos sem nenhuma experiência profissional na prática pedagógica.

Considera-se formação continuada todos cursos e aperfeiçoamentos realizados após a graduação, assim como palestras, formações, leituras de livros, artigos, etc. Onde também são formas de buscar conhecimentos e aperfeiçoamento para que possa qualificar o docente, sobretudo



durante toda a carreira. Também se estrutura como uma prática relacionada às buscas constantes para a qualificação do profissional, tendo como objetivo a melhoria da sua prática docente e trajetória, além de ser uma forma de se preparar adequadamente para o futuro, buscando a eficácia no processo ensinar&aprender. Diferente da formação inicial, ela é voltada para o aperfeiçoamento do conhecimento ao longo da sua carreira. Seu conceito surgiu no Brasil em 1996, a partir da implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei Nº 9.394/96, onde preconiza direito aos professores a autonomia de ampliar a sua atuação acadêmica, desde a atuação na Educação Infantil até o ensino superior. A mesma ainda é reforçada mediante a adoção da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017).

§ 4º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) (Brasil, 1996).

Visando a garantia da qualidade do ensino, a formação do educador deverá ser permanente e este processo é assegurado por lei, conforme citado acima, além da Resolução CNE/CP Nº01 de 27/10/2020 onde estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs (1998), objetivando garantir a qualidade e a coerência na formação docente. Sendo assim, é um processo complexo, porém obrigatório em que o professor apropria-se da sua experiência de vida pessoal e profissional com a finalidade de utilizar todo esse conhecimento em sua práxis. Com o avanço dos estudos na educação brasileira e o fortalecimento das altas demandas pedagógicas, a formação continuada passa a ser obrigatória para aqueles profissionais que querem atuar na educação, gerando uma procura significativa em todos os modelos, inclusive com as pós-graduações.

Conseqüentemente a ampliação desse conhecimento tem resultado em buscas para o aperfeiçoamento da práxis frente às deficiências dos alunos, como no caso do Transtorno do Espectro Autista - TEA, objeto de pesquisa deste estudo. Inicialmente ressalta-se as políticas educacionais que levam a compreender como é a escolarização dessas crianças, faz com que os profissionais estudem cada vez mais sobre o assunto, pois o processo de ensino-aprendizagem com o espectro autista é longo e precisa ser trabalhado com qualidade para se ter sucesso. Contudo, o que queremos desvendar é: Qual a importância da formação continuada para o currículo do professor? Essas formações contribuem de que maneira para a educação de crianças autistas no ensino fundamental e qual é o processo que o professor enfrenta para chegar na concretização desse conhecimento com o seu ambiente escolar?



2. O AUTISMO E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Atualmente, a formação de professores para lidar com as deficiências enfrenta diversos desafios. Primeiramente, muitos educadores ainda possuem um conhecimento limitado sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas especificidades, o que pode dificultar a identificação precoce e a aplicação de estratégias pedagógicas adequadas. Além disso, a carência de recursos e o apoio institucional insuficiente podem comprometer a eficácia das práticas inclusivas.

Imbernón (2021) afirma que outro desafio significativo é a diversidade das necessidades dos alunos com TEA, que demanda uma abordagem individualizada e adaptativa. Os professores precisam desenvolver habilidades específicas para lidar com comportamentos desafiadores, promover a comunicação eficaz e criar ambientes de aprendizagem acolhedores e estruturados, uma vez que cada ser é único e traz consigo seu histórico de vida, consecutivamente gera um cidadão específico com demandas específicas, dentro das suas necessidades cognitivas e adaptativas. Nesse sentido, destaca que a formação contínua é essencial para que os educadores se atualizem e aprimorem sua práxis.

A colaboração entre escolas, famílias e outros profissionais de saúde é fundamental para o sucesso da inclusão escolar. Os professores frequentemente enfrentam a dificuldade de coordenar essas parcerias e garantir que todos os envolvidos estejam alinhados nas estratégias de ensino e suporte. A formação continuada pode ajudar a fortalecer essas redes de apoio e promover um ambiente educacional mais integrado e inclusivo (Imbernón, 2021).

2.1 Autismo: onde tudo começou

O autismo é classificado pelo Manual Diagnóstico de Transtornos Mentais – DSM V (2014) – como um transtorno invasivo do desenvolvimento. O mesmo apresenta uma tríade como sintomatologia básica: dificuldade de interação social, déficit da comunicação verbal, interesses restritos e padrões repetitivos (estereotípias). Pessoas com autismo podem ser classificadas atualmente em três graus: leve, moderado e severo (Facion, 2013).

O Transtorno do Espectro Autista é bem amplo e existem diversas características e níveis de habilidades, por isso é caracterizado como um espectro, devido às diversidades de sintomas e níveis que as pessoas apresentam. Mas o que é o autismo e como ele começou?

O termo autismo originou-se do grego autós que significa “de si mesmo”. Em 1943,



um médico psiquiatra e pesquisador chamado Leo Kanner, observou 11 casos privativos, entre eles a solidão extrema, e os denominou como Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo. Em 1944, Hans Asperger pesquisador austríaco, descreveu 4 crianças que tinham dificuldade em interagir socialmente. O autismo surge no primeiro ano de vida, ocasionados geneticamente ou por implicações neurológicas. O mesmo foi classificado dentro dos Transtornos Globais do Desenvolvimento (Souza, 2014, p. 03).

Compreender o autismo precocemente era difícil, pois não havia o conhecimento da sua existência, porém atualmente após anos de estudos, já existe uma possibilidade de tratamento e reconhecimento. Mesmo sem haver cura, os tratamentos terapêuticos e por medicamentos dentro do quadro de nível autístico, ajudam com o bem estar e qualidade de vida das pessoas atípicas. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem sido diagnosticado tanto em crianças quanto em adultos, e a busca por conhecimento sobre o tema tem aumentado significativamente. Conforme afirmado por Papim (2020, p.15) “ O Transtorno do Espectro Autista teve sua descoberta há pouco tempo, na história das psicopatologias do desenvolvimento”.

Segundo as pesquisas desenvolvidas na literatura, seu diagnóstico exige que os sintomas estejam desde o início do desenvolvimento e isso gera um impacto muito elevado e significativo sobre o funcionamento em múltiplos contextos do indivíduo.

De acordo com o referido manual, o autismo apresenta-se em três (3) níveis de gravidade, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1- Níveis de Gravidade do Transtorno do Espectro Autista

Quadro 1 – Níveis de gravidade do Transtorno do Espectro Autista

Nível 3 (exigindo apoio muito substancial)	Nível 2 (exigindo apoio substancial)	Nível 1 (exigindo apoio)
Déficit grave na comunicação verbal e não verbal, causando prejuízos graves de funcionamento e grande limitação nas interações sociais.	Déficit grave na comunicação verbal e não verbal, causando prejuízos de funcionamento e limitação nas interações sociais.	Déficit na comunicação social causando prejuízos notáveis nas interações sociais; interesse reduzido por interações sociais.
Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com mudanças, comportamentos restritos/repetitivos que interferem acentuadamente no funcionamento.	Inflexibilidade de comportamento, dificuldade em lidar com mudanças, comportamentos restritos/repetitivos que interferem no funcionamento.	Inflexibilidade de comportamento, dificuldade em trocar de atividade, obstáculos para independência (dificuldade de organização e planejamento).

Fonte: American Psychiatric Association (2014,p.52), adaptado pelas autoras.



Conforme verificamos no quadro acima, o grau de suporte para o TEA é dividido em três níveis, que orientam e ajudam os profissionais a trabalharem uma intervenção adequada de acordo com cada nível e especificidade do paciente, promovendo ações que venham possibilitar qualidade de vida.

No DSM-5, o transtorno é frequentemente associado a outras comorbidades, por exemplo, a ansiedade, Deficiência Intelectual(DI), transtornos depressivos, transtornos mentais e outros diagnósticos. Além disso, pode haver também patologias psiquiátricas associadas, onde as mais comuns encontradas são: transtorno-obsessivo-compulsivo; transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH); transtorno de ansiedade e que devem ser tratados, pois tendem a aumentar sobremaneira as dificuldades adaptativas.

Sendo assim, o autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento que possui déficits na interação social, comunicação, comportamentos restritos e estereotipados, prejudicando assim o convívio social de quem tem a deficiência permanente.

2.2 Inclusão Escolar e seus aspectos legais

A inclusão escolar é uma prática fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No contexto brasileiro, diversos dispositivos legais foram criados para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas características individuais.

De acordo com a lei 12.764/2012, conhecida como a Lei Berenice Piana, foi instituída a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, onde foram estabelecidos diretrizes e normas para este público, preconizando em seu “art.1º § 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais, garantindo-lhes acesso a educação, saúde e assistência social.”

Necessário se faz destacar que os marcos legais da inclusão, deram-se inicialmente pela Constituição Federal (1988). Em seu Art. 205 onde afirma que “a educação é direito de todos e reafirmada na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência/2015) em seu capítulo IV Artº 27”:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil,2015).



O estatuto da pessoa com deficiência, Lei Nº 13.146 de 06 de julho de 2015, reforça os direitos das pessoas com deficiência, incluindo aquelas com TEA, promovendo a acessibilidade, inclusão social e educação inclusiva. Esta lei proíbe qualquer forma de discriminação e busca garantir a plena cidadania e participação efetiva na sociedade. Com o surgimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB 9.394/1996, passou-se a ser garantido por lei, que crianças e adolescentes com autismo tenham direito à educação inclusiva, adaptando-se às necessidades específicas de cada aluno.

A educação, sendo um direito garantido por lei, exige que os docentes, como mediadores do processo de ensino e aprendizagem, possuam o conhecimento necessário e preciso para a inclusão efetiva dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) de aula, proporcionando assim uma boa interação no ambiente escolar entre todos os alunos e o pleno desenvolvimento do discente.

Para promover a verdadeira inclusão nas escolas, é vital que essas instituições adequem suas infra estruturas e práticas pedagógicas. Isso engloba desde a remoção de barreiras arquitetônicas até a disponibilização de materiais didáticos apropriados, como recursos em braile ou intérpretes de Libras.

Além disso, a capacitação contínua dos professores em educação inclusiva é fundamental para que estejam aptos a lidar com a diversidade dentro da sala de aula. Em síntese, a inclusão escolar no Brasil é sustentada por um sólido conjunto de leis que asseguram o direito à educação de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas particularidades. Todavia, a efetivação desses direitos exige um compromisso constante por parte das escolas, dos educadores e da sociedade em geral.

A inclusão escolar é um serviço à cidadania garantido por lei, que juntamente com a educação trabalham na construção de uma sociedade equitativa, a fim de incluir os alunos com deficiência no ambiente escolar, portanto cabe ao docente adaptar e integrar o aluno no ambiente escolar atendendo às necessidades de todos os alunos, independentemente de suas condições sociais, físicas, cognitivas e emocionais. Sendo assim, a formação continuada é um caminho no qual o docente tem de percorrer para mediar com qualidade o processo ensino-aprendizagem que seu aluno terá em seu ambiente escolar (Brasil, 2015).

2.3 A formação continuada no aperfeiçoamento da práxis docente

A educação está em constante transformação e a formação constante e qualificada contribui para que essa aprendizagem se desenvolva cada vez mais. Tudo isso só é contínuo se o docente se propõe a estudar, para assim contribuir na construção do conhecimento do seu aluno. Para



Chimentão (2009) estamos vivenciando um momento em que a informação e o conhecimento são requisitos indispensáveis para a vida profissional. Sendo assim, existe a necessidade de buscar por capacitação profissional.

A formação continuada de professores possibilita que esses conhecimentos sejam essenciais e de qualidade para a educação em si. Essa contribuição é fundamental para a construção e formação do conhecimento do aluno na escola, principalmente os alunos com TEA que necessitam de uma atenção maior do professor, a fim de assegurar que o conhecimento seja claro e que contribua para a construção do seu conhecimento com o objetivo de alcançar o seu desenvolvimento integral. Este processo visa manter os docentes atualizados com as novas metodologias de ensino, avanços tecnológicos e estratégias pedagógicas.

Conforme apontado por Libâneo (2013), a formação continuada permite que os professores desenvolvam habilidades necessárias para enfrentar os desafios diários da sala de aula. Não se trata apenas de participar de cursos e treinamentos, mas também de engajar-se em atividades que promovam a troca de experiências e reflexões sobre a prática docente. Essa capacitação é fundamental para garantir a qualidade do ensino, pois acredita que a educação está em constante transformação, exigindo que os educadores se mantenham atualizados e em constante aperfeiçoamento.

Entretanto, ela não deve ser encarada como algo esporádico, mas como um processo permanente e bem-estruturado na carreira docente. Essa atualização, envolve tanto a aquisição de novos conhecimentos teóricos quanto o desenvolvimento de habilidades práticas. Ele sugere que os programas de formação devem ser contextualizados e alinhados às necessidades específicas dos professores e das escolas onde atuam. Isso inclui a oferta de cursos, seminários, oficinas e outras formas de capacitação que permitam a troca de experiências e a reflexão sobre a prática educativa, uma vez que o contexto social sempre perpassa por modificações populacionais a cada geração.

Além disso, reforça a importância do apoio institucional na formação continuada e as escolas e os sistemas de ensino devem criar condições favoráveis para que os docentes possam participar dessas atividades formativas, oferecendo tempo, recursos e incentivos. Esse suporte é essencial para que se sintam valorizados e motivados a buscar constantemente o aprimoramento de sua prática pedagógica, contribuindo, assim, para uma educação de qualidade e equitativa (Libâneo, 2013).

Para Nóvoa (1992), a formação deve ser um processo contínuo e integrado, que valorize tanto os conhecimentos teóricos quanto as experiências práticas dos professores. Isso inclui a participação em comunidades de aprendizagem, onde educadores podem compartilhar práticas e inovar em conjunto.

O autor considera como uma jornada essencial que deve estar integralmente conectada à



profissão. Para ele, não se limita a momentos pontuais, mas é um processo permanente de reflexão sobre a práxis, intercâmbio de experiências entre colegas e atualização frente às novas metodologias e tecnologias educacionais. Destaca-se a relevância dos grupos de aprendizagem, onde os professores colaboram, compartilham práticas e aprendem juntos. Estas comunidades oferecem um ambiente de apoio mútuo e desenvolvimento profissional, onde o conhecimento é construído coletivamente, promovendo a inovação pedagógica e atendendo às necessidades diversificadas dos alunos.

Além disso, defende que a formação continuada deve ser considerada como um direito e um dever dos professores. As instituições educacionais e as políticas públicas têm um papel de extrema relevância em fornecer oportunidades de formações adequadas e acessíveis, garantindo assim que os professores possam evoluir profissionalmente ao longo de toda a sua carreira. Essa abordagem integral valoriza a profissão docente e contribui para a melhoria contínua da qualidade da educação.

Imbernón (2011) destaca que um professor bem preparado é capaz de utilizar novas tecnologias e metodologias de forma eficaz, promovendo um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e inclusivo. Considera a formação continuada dos professores como um processo importante para a melhoria da educação. Para ele, este desempenho deve ser incorporado ao cotidiano das escolas e abranger tanto a atualização teórica quanto a prática pedagógica. Acredita que os docentes devem participar de cursos, workshops e atividades que incentivem a troca de experiências e a reflexão crítica sobre suas práticas.

Além disso, destaca o papel fundamental das políticas públicas e das administrações escolares na promoção da formação continuada. Ele defende que as escolas devem fornecer o suporte necessário, como tempo e recursos, para que os professores possam participar dessas atividades formativas. Esse apoio institucional é essencial para que a formação contínua seja eficaz e contribua para a melhoria da qualidade da educação.

Tardif (2002) menciona que boa parte do que os professores sabem sobre o ensino, sobre a função do professor e sobre como ensinar provém de sua própria história de vida, principalmente de sua socialização enquanto alunos. Pois, antes de tudo precisam alinhar seu conhecimento ao que o aluno tem de bagagem, desta forma assim conseguirá atingir seus objetivos. Mas para isso acontecer é necessário ter um estudo que leve ao professor para novos aprendizados, a fim de contribuir para a formação escolar do seu aluno. Conseqüentemente o docente tem uma trajetória antes de sua vida escolar, cuja socialização vem antes da vida profissional, ou seja, é nesse momento que sua formação continuada ajuda no desempenho para o ensino aprendizagem do aluno.

É válido ressaltar que os professores não devem ficar apegados a laudos médicos ou a rótulos para ensinar os alunos com deficiência e/ou transtornos, mas devem conhecer as



particularidades desses estudantes para que práticas de fato inclusivas possam ser desenvolvidas (Souza, 2022, p.8).

O docente não possui uma receita para ensinar seu aluno, porém ele encontra caminhos que o levam a ter um bom desempenho pedagógico a cada dia vivenciado em sua sala de aula. É um processo gradativo de capacitações, que no futuro será de grande valia para o docente quanto para o aluno.

3. MOTIVAÇÃO PELA BUSCA DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Utilizamos a pesquisa descritiva e exploratória em relação aos objetivos propostos, segundo Gil (2002, p.41), “pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, inclui levantamento bibliográfico e pesquisa a campo”.

Para desenvolver este estudo, foi adotada a pesquisa descritiva e exploratória em relação aos objetivos propostos, que consistiu, inicialmente, na revisão de literatura sobre formação continuada e os conceitos do Transtorno do Espectro Autista- TEA. Foram consultados livros, artigos científicos e documentos oficiais que tratam do tema. A análise bibliográfica permitiu identificar os principais conceitos, teorias e práticas relacionadas à formação continuada de docentes que atuam com esta deficiência.

A pesquisa empírica foi conduzida por meio de observação do cotidiano das autoras. Destaca-se que na tentativa de adequar os ambientes de aprendizagem à realidade contemporânea, os docentes são levados a buscar um novo referencial para a educação, considerando a gravidade dos problemas enfrentados no setor educacional. Essa busca exige um novo compromisso e criatividade na descoberta de soluções possíveis para os desafios enfrentados.

Neste sentido, a formação permanente deve unir teoria e prática a partir da própria ação ontológica do ser. Ela direciona para um caminho onde novas descobertas se engendram pela compreensão da sistematização da construção de um mundo melhor. Para tal fim, a busca pela formação permanente atua como instrumentalizadora de aptidões que permitem a superação dos obstáculos e adversidades produzidas pela educação. Isso reflete no desenvolvimento de habilidades e competências imprescindíveis ao longo da atuação profissional docente.

Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento governamental aprovado em 22 de dezembro de 2017, o CNE apresenta a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 como um documento normativo que define o conjunto de competências e



habilidades essenciais que todo estudante brasileiro deve desenvolver ao longo da educação básica, pois traz consigo exigências para que os docentes desenvolvam novas competências e habilidades alinhadas às diretrizes curriculares, além de enfatizar a formação inicial e continuada, abordando a importância do professor como agente transformador da educação, onde é sugerido também a formação continuada de maneira pensada para o âmbito da vivência real e humana e não apenas como um curso e/ou palestra.

Além disso, devem ser consideradas as dimensões do conhecimento, das relações interpessoais, do desenvolvimento humano e da emancipação. A instituição educacional é um lugar privilegiado para a formação contínua, pois está diretamente ligada à realidade, promove a troca de experiências e é o espaço de reflexão dos docentes (Nóvoa, 1992).

Tardif (2002) argumenta que a formação dos professores não deve se restringir apenas ao conhecimento teórico, mas também deve envolver uma reflexão profunda sobre as práticas pedagógicas do dia a dia. Aponta que a prática docente é moldada por um conjunto diversificado de saberes provenientes de diversas fontes, como a experiência pessoal, a formação inicial e contínua, além do contexto social e institucional em que o professor atua.

Portanto, os programas de formação permanente oferecem aos educadores a oportunidade de refletir criticamente sobre sua prática e de compartilhar experiências com seus colegas. O autor enfatiza a relevância do saber experiencial, ou seja, aquele que é adquirido por meio da prática cotidiana no ambiente escolar. Esse conhecimento é construído ao longo do tempo, a partir das experiências vividas e desafios enfrentados pelos professores em sala de aula.

A formação continuada deve, portanto, valorizar e integrar esses saberes, promovendo um diálogo contínuo entre teoria e prática. Dessa forma, os docentes podem aprimorar suas competências e desenvolver estratégias pedagógicas mais eficazes, ajustadas às necessidades dos alunos e às realidades das escolas.

Além disso, destaca que a formação continuada deve ser um processo colaborativo, envolvendo todos os membros da comunidade escolar. Ele acredita que a troca de conhecimentos e experiências entre professores, gestores e outros profissionais da educação é fundamental para criar um ambiente de aprendizagem enriquecedor e sustentável. A formação contínua, assim, torna-se um espaço de construção coletiva, onde os educadores se sentem apoiados e encorajados a inovar e a buscar soluções criativas para os desafios da educação contemporânea. (Tardif, 2002).

3.1 Relato pessoal

Desde o início do ano letivo em 2024, tivemos a oportunidade de trabalhar com dois alunos



de turnos distintos, o Felipe (10 anos-nome fictício para preservar a identidade da criança), diagnóstico fechado com autismo e deficiência intelectual e o Luan (6 anos-nome fictício para preservar a identidade da criança), criança sem diagnóstico fechado, porém um possui uma pré-indicação médica, sem acompanhamento clínico, mas com sinais claros de autismo, pois apresenta dificuldade na fala, locomoção, dificuldade na aprendizagem, rigidez cognitiva, etc.

Ambos são alunos da rede pública do município de Jaboatão dos Guararapes, cidade da região metropolitana do Recife/PE, onde atuamos como apoio pedagógico. Juntos trouxeram momentos desafiadores, mas também acarretaram uma nova visão e perspectiva ao nosso cotidiano na sala de aula.

O maior desafio com o discente Felipe era alfabetizá-lo, pois apesar das suas limitações cognitivas, era copista e demonstrava um pouco de consciência fonológica de algumas letras. Ao decorrer do ano foi estimulado e desafiado, onde saiu do nível quase zero, pois mesmo sendo copista, não tinha plena consciência do que escrevia e evoluiu para o nível silábico-alfabético, onde consegue ler textos com sílabas simples e algumas palavras complexas, escrever seu nome completo sem ficha e contar de 1 até 100.

Contudo, o apoio e o papel da família, foi e tem sido um grande aliado para a evolução contínua do aluno, pois sempre trouxe todas as atividades de casa feitas, realizando leituras pequenas para reforçar a sua memorização e até mesmo o trabalho com sua auto estima em mostrá-lo que é capaz, ou seja, o trabalho realizado não é apenas cognitivo, mas principalmente o trabalho do emocional da criança, a sua autoconfiança. Sempre foi estimulado em sala de aula com autonomia para a participação ativa e que isso fosse possível na sua memorização, houve incentivo em ajudar os colegas de sala com dificuldade de aprendizagem em atividades simples e muitas vezes, esse procedimento era realizado por sua livre e espontânea vontade, pois era notável o seu bem estar em poder ensinar outras crianças a atividade.

Em contrapartida, o segundo aluno frequenta o 1º ano do ensino fundamental, conforme já dito anteriormente, o mesmo não apresenta laudo concluído, não possui acompanhamento médico, nem medicamentoso, os pais não acompanham a vida escolar do aluno, de modo que não comparecem no ambiente escolar, nem tampouco o incentivam a realizar suas tarefas escolares, pois percebe a diferença da escrita das atividades de casa, o que de antemão já dificulta o trabalho pedagógico e consecutivamente o aprendizagem do mesmo. Apesar da sua rigidez cognitiva em segurar o lápis e em alguns momentos recusar-se a explorar o conteúdo, a criança há consigo o conhecimento do alfabeto e dos números até 20. Além disso, é notório identificar uma diferença quando o mesmo comparece bem alimentado e seu sono regulado, causando assim sua participação nas atividades 100% proveitosas.

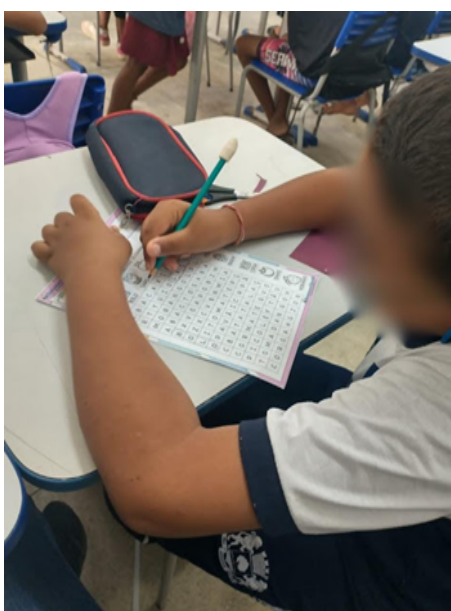


Desde o ingresso na rede municipal, mensalmente é ofertado 1 e/ou 2 vezes no mês curso de formação continuada, de modo obrigatório para todos os apoios pedagógicos do município. A formação é disponibilizada para os profissionais que acompanham alunos com um déficit ou múltiplas deficiências, isso inclui tanto o autismo, quanto a deficiência intelectual, baixa visão, cegueira, síndrome de down, etc. Cada apoio, participa da formação, dentro do quadro da deficiência do seu aluno especificamente.

A cada encontro é ensinado sobre determinada deficiência, suas características, como agir, cuidar, ensinar o conteúdo de forma adaptável, adaptação e criação de materiais pedagógicos, podendo ser criado com o hiperfoco da criança ou não. Essa experiência não apenas me ensinou sobre inclusão, mas também me fez refletir sobre a importância da aprendizagem única e adaptação a necessidade específica de cada aluno. Ambos casos mostraram que cada criança, dentro de sua realidade, é possível desenvolver suas capacidades, bastam ser desafiados e estimulados, alavancando sua autoestima, fazendo-o reconhecer de que são capazes de brilhar com suas especificidades, por onde quer que vá.

Abaixo a descrição de algumas atividades desse estudante.

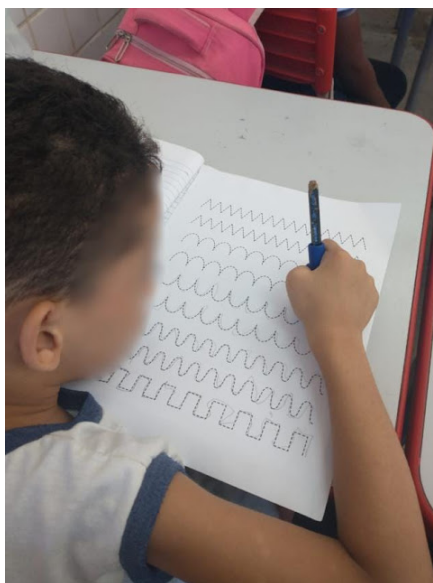
Figura 1 - Atividades de caça- palavras



FONTE: Arquivo pessoal/2024.

O uso dessa atividade visa colaborar na concentração, treinamento da leitura e persistência, durante o desenvolvimento da atividade o aluno precisa analisar o caça- palavras e assim fazer a procura do que está se pedindo no enunciado. A concentração e a leitura são fundamentais para a realização dessa atividade.

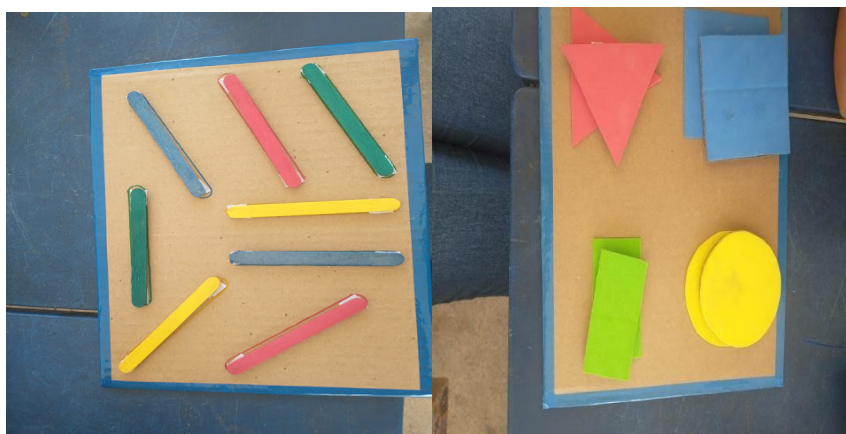
Figura 2- Atividade de coordenação motora



FONTE: Arquivo pessoal/2024.

Exercício para trabalhar a coordenação motora grossa, devido a sua limitação física esse tipo de exercício auxilia no desenvolvimento da noção espacial e escrita do aluno, colaborando no aprimoramento e desenvolvimento motor- cognitivo durante a transcrição das atividades propostas em sala de aula.

Figura 3 - Algumas atividades adaptadas



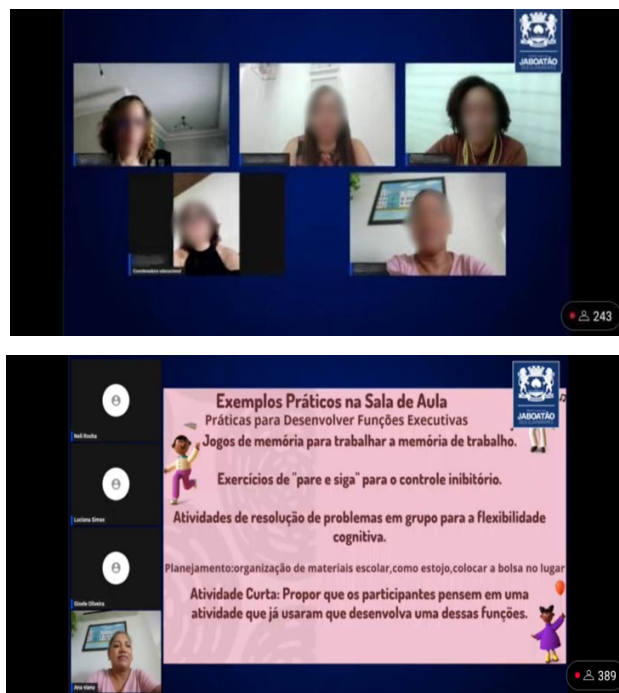
FONTE: Arquivo pessoal/2024.

Algumas atividades adaptadas, as mesmas foram feitas de materiais recicláveis como o



papelão e palitos de picolé, que será aproveitado nas atividades propostas em sala de aula, a fim de trabalhar com formas e texturas algumas atividades. O baixo custo do material e o fácil acesso é um dos recursos utilizados em sala de aula.

Figura 4 - Momento da formação continuada



FONTE:Arquivo pessoal/2024.

Apresentação das formadoras e início da formação continuada, abordando o conteúdo sobre deficiência intelectual, que visa contribuir para a formação dos professores para uma prática pedagógica com qualidade e compreensão sobre o assunto. Essas formações são essenciais para ofertar uma educação com qualidade e equidade a todos os estudantes com Transtorno do Espectro Autista -TEA.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do estudo realizado, conclui-se que a formação continuada, sendo um processo de extensão da qualificação da prática docente, deve ser um compromisso contínuo. Sua relevância para o processo ensino-aprendizagem do aluno cotidiano escolar é fundamental para o desenvolvimento do estudante. Dentro dessas contribuições, que se manifestam de diversas maneiras, destaca-se a sua extensão para a formação, todo o processo é garantido por lei, tanto para a qualificação profissional quanto para a qualidade do ensino e garantia da educação especial,

Dossiê Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas da Inclusão na Diversidade Cultural.
Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPPFIP, Edição Especial. Aquidauana, v. 4, n. 16, dez. 2024



conforme relatado anteriormente. Entre essas nuances, emerge uma expectativa inclusiva que, para tal feito, é necessário um conhecimento prévio e de qualificação e preparo profissional. Sendo assim, esse conhecimento contribui eficazmente para o processo ensino-aprendizagem de alunos com TEA, porém o professor ainda busca nas leis um apoio para essa qualificação, a fim de manter um desempenho consolidado.

Com o aumento dos casos de crianças autistas, a demanda por matrículas na educação especial em escolas regulares também cresceu significativamente nos últimos anos. Isso exige dos profissionais de educação um preparo contínuo e um aprimoramento educacional constante para garantir a verdadeira inclusão no ambiente escolar. As formações continuadas são essenciais para levar esse aprimoramento para dentro da sala de aula, proporcionando a atualização dos profissionais com novas metodologias, estratégias pedagógicas e outros recursos.

Para que essa transformação ocorra, é necessário que os educadores estejam abertos a novas práticas pedagógicas, deixando de lado métodos de ensino tradicionalistas. Mesmo diante dos inúmeros desafios que o cenário atual da educação apresenta, as dificuldades enfrentadas na busca por um novo referencial é necessário para mudar essa perspectiva. o caminho é longo, porém essa busca pela mudança que deve motivar a insistência dos professores para uma melhoria da educação brasileira.

Conclui-se que a formação continuada de professores é fundamental para a inclusão eficaz e de qualidade de estudantes com Transtorno do Espectro Autista -TEA nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Destaca-se que ao participarem de capacitações continuamente, os educadores não apenas adquirem conhecimentos sobre metodologias e práticas pedagógicas inclusivas, mas também desenvolvem habilidades para atender às necessidades específicas e diversificadas desses alunos, promovendo um ambiente propício, acolhedor e equitativo.

5. REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association. Ano de publicação: 2014. **Título: Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**, 5th Edition.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CP Nº01 de 27/10/2020 **Diretrizes Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2017.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**, LBI. 13.146/2015.

BRASIL. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**, Lei do autismo. 12.764/2012.



BRASIL Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.** 9.394/1996 .Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988.

CHIMENTÃO; Lilian Kemmer. **O significado da formação continuada docente.** 4º CONPEF Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar. 7 a 10 de julho de 2009. Universidade Estadual de Londrina- UEL PR. ISBN 978-85-7846-045-7.

DSM-5. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.** 5.ed. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FACION, José Raimundo. **Transtornos do desenvolvimento do comportamento.** Curitiba: InterSaberes, 2013.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores:** novas perspectivas. Porto Alegre: Artmed, 2012.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores.** Porto Alegre: Artmed, 2011

LIBÂNEO, J. C. **Formação de Professores:** Desafios e Perspectivas. São Paulo: Cortez, 2013a

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez.2013b

MACHADO, Juliana Aquino. **O sujeito da formação continuada na escola.** Revista de Educação, Ciência e Cultura | v. 17 | n. 2 | jul./dez. 2012. p. 132.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PAPIM, Angelo Antonio Puzipe. **Autismo e aprendizagem:** os desafios da Educação Especial [Recurso Eletrônico] Porto Alegre, RS. Editora Fi, 2020. p15.

SAVALL, Ana.C. R; DIAS. Marcelo(org) . **TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA:** do conceito ao processo terapêutico. Livro Eletrônico São José/SC: FCEE, 2018. ISBN 978-85-54307-077-3. p18.

SOUZA, Francisnaide dos Santos. **Formação de Professores e o transtorno do Espectro Autista:** um estudo de revisão. Revista Prática Docente, v.7, n.11,e020, 2022.
<http://doi.org/10.23926/RPD.2022.v7.n1.e020.id1416>

SOUZA, Nathália R.B. **O ESPECTRO AUTISTA E A EDUCAÇÃO.** Campina Grande/ PB. 2014.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.